



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ANO 2025



Handwritten notes in blue ink, including the number '140' and some illegible scribbles.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. PLANO DE ACÇÃO

A. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

B. PROJECTO EDUCATIVO DE ESTABELECIMENTO

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

D. PARCEIROS E AMIGOS

4. CONTAS 2025

INTRODUÇÃO FINANCEIRA

5. NOTA FINAL



Handwritten notes in blue ink, including the word 'lejos' and a signature.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de avaliação das atividades e contas do Centro Social de Palmela, referente ao ano de 2025. Tem como finalidade apresentar de forma sucinta os resultados obtidos ao longo deste período de intervenção tendo como base o plano de atividade e orçamento para o mesmo ano.

2. PLANO DE ACÇÃO

A. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira é sempre a nossa principal preocupação e que se renova a cada ano. Os aumentos previstos para o ano de 2025 foram uma realidade difícil com a qual tivemos de lidar mas, ainda assim, conseguimos desenvolver as atividades e projetos aos quais nos propusemos.

A gestão de recursos humanos foi feita de forma cautelosa de forma a não aumentar os gastos neste campo. A idade avançada de uma grande fatia dos trabalhadores aliado a situações familiares e de saúde foram uma realidade, pelo que, as substituições por motivos de doença, baixas médicas e de outras naturezas continuaram a ser outras das realidades com as quais tivemos igualmente de lidar.

No âmbito das atividades de Angariação de Fundos, em prol das respostas sociais do CSP, realizámos o sorteio do Mega Cabaz de Natal (667.95€), Feira de Natal (386.63€), o Mercadinho de Outono (257.50€), o Dia do Pijama (bens alimentares).

Continuamos a participar na atividade Viva o Natal, promovida pela Município com a adjudicação dos serviços de animação auferindo 1.200€.

B. PROJECTO EDUCATIVO DE ESTABELECIMENTO

Na perspetiva de disponibilizar às nossas crianças aprendizagens em contexto lúdico, o Projeto Educativo de Estabelecimento (PEE) para o triénio 2022/2025 pretendeu valorizar o Brincar (o Jogo) como uma linguagem universal que ultrapassa crenças, espaços geográficos e diversidades culturais. Brinca-se em todo o lado, de todas as formas, por todos os motivos e sem nenhuma razão aparente. Brincar não se justifica. Brinca-se apenas porque sim!

Com efeito, o PEE tem como título “PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO VERBO BRINCAR” e pretendia em cada ano escolar desenvolver um trabalho transversal e interdisciplinar entre várias áreas, para que cada criança desenvolva a perceção de si mesma, dos outros e do mundo, apresentando e aprofundando cada competência de forma lúdica e intuitiva.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'MS' and 'J'.

Para o ano letivo 24/25, o PEE teve como máxima “O Futuro do Verbo Brincar”, sendo o último ano deste PEE. De acordo com o previsto em plano de atividades realizou-se:

- A participação na atividade das Janeiras promovida pela CMP;
- A participação no Fantasiarte;
- A realização de visitas a pé na comunidade (Palmela e Poceirão) com as valências de Pré-Escolar e Creche;
- O acolhimento de estágios curriculares em Creche e Pré-Escolar de alunos da Escola Secundária Palmela;
- A Continuidade a boas práticas adotadas nos anos transatos nomeadamente, à “carta mensal” em que se descrevem as atividades e temas abordados no mês nas respetivas salas, tendo em conta os projetos curriculares e o projeto educativo de estabelecimento;
- As reuniões presenciais de EE;
- A Feira do Livro, com a editora Papa-letras, promovendo os hábitos de leitura na infância;
- O desafio às famílias a participarem em atividades propostas pela equipa docente como forma de criar momentos de qualidade em família;
- A ida ao teatro com o ATL de Palmela, no decorrer das pausas letivas e no âmbito da parceria com a Passos e Compassos;
- A Iniciação da rubrica “A Família vai à escola”, envolvendo os pais na dinâmica escolar realizando uma atividade programada de acordo com a sugestão de cada família, nas salas de creche e pré-escolar;
- A dinamização da página institucional de Facebook e Instagram, utilizando a mesma também para publicitação de campanhas, nomeadamente, consignação do IRS que de ano para ano tem vindo a aumentar;
- A participação na receção à comunidade educativa do concelho de Palmela;
- A vinda dos fotógrafos para as habituais fotos individuais e de grupo;
- O Arraial de Final de Ano comemorando o final de mais um ano letivo e o início das férias;
- A semana de praia para o pré-escolar de Palmela. Infelizmente por questões indisponibilidade por parte das empresas de transportes coletivos, não conseguimos assegurar a praia para o pólo do Poceirão

Não obstante as nossas limitações operacionais e humanas, nomeadamente o envelhecimento e limitações do pessoal não docente, continuámos a tentar desenvolver e implementar boas práticas pedagógicas na prossecução dos objetivos da Direção do CSP. Foi disponibilizada formação on-line ao pessoal docente e já está prevista e organizada formação interna para o pessoal não docente.



Handwritten notes in blue ink, including the number '193' and a signature.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

Um dos grandes objetivos para o ano de 2025 era a candidatura ao Fundo Socorro Social para obras. Com esta candidatura pretendia-se solucionar o problema da entrada de água nas instalações da sede através da reparação e pintura da fachada do edifício e substituição de todas as janelas e portas. Iriamos melhorar exponencialmente as condições térmicas e de eficiência energética do edifício e por conseguinte promover o bem-estar das nossas crianças e trabalhadores. No entanto, vimos a candidatura não ser aprovada pelo Instituto de Segurança Social, pelo que definimos como prioridade o arranjo da fachada, tendo o mesmo sido pago na totalidade com verba própria do CSP, num total de 34.900€ acrescido do Iva. Nesta empreitada esteve englobada o arranjo e pintura da fachada do edifício do ATL Palmela, tendo ocorrido necessidades extra aquando o decorrer da obra, no valor extra de 4.674€.

Em plano, estava previsto igualmente dar continuidade ao melhoramento do funcionamento interno dos serviços bem como reestruturação espaços interiores com a renovação do Ginásio para pré-escolar e organização de uma biblioteca escolar, o que não sei veio a concretizar.

Demos continuidade à implementação de medidas de apoio ao emprego com a integração de uma beneficiária de RSI no programa CEI+ e a integração de um beneficiário de apoio social pela APPDACDM no programa CEI+ para pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

No âmbito das parcerias com entidades de formação e educação, reforçamos laços com a Escola Superior de Educação de Setúbal para integração de estagiários no ano de 2026 e com a Escola Secundária de Palmela.

Relativamente ao Polo “A Cegonha”, deu-se o arranque do projeto aprovado no âmbito do PRR, que previa obras de manutenção e conservação do equipamento, permitindo o melhoramento do equipamento e por conseguinte do serviço prestado aos utentes. Atendendo à prorrogação do prazo da obra até março de 2026, as mesmas encontram-se ainda a decorrer à data de 31 de dezembro de 2025.

Relativamente à resposta social CAT Porta Aberta, deu-se continuidade ao processo de reestruturação interna do CAT face às exigências da nova portaria Lei n.º 147/99, de 01 de setembro LPCJP. Destaca-se o esforço na constituição de uma equipa robusta quer do ponto de vista de formação como de competências pessoais para fazer face às exigências do trabalho nesta resposta social, no entanto, realça-se as dificuldades na contratação dos perfis pretendidos. Ao longo do ano de 2025, tivemos quatro novos acolhimentos e quatro saídas, sendo que destes, dois jovens retornaram à família e outros dois iniciaram autonomia de vida.

Com o apoio da Associação Justa Kausa, conseguimos concluir a remodelação da cozinha, com a colocação de móveis e bancada e lava-loiças. Através de mecenato individual conseguimos também a renovação de alguns eletrodomésticos e a compra de uma máquina de lavar loiça. Graças à equipa desta resposta social foi também possível a pintura dos quartos permitindo o melhoramento das condições de habitabilidade e conforto. O Motoclube de Palmela surge também como um parceiro, doando refeições prontas no âmbito da



Handwritten initials and a signature in blue ink.

iniciativa do Tacho Solidário. No que diz respeito a outras parcerias e apoio, contamos com o Teatro Estúdio Fonte Nova, permitindo dois jovens terem acesso a aulas de teatro gratuitamente, o Andebol do Clube Naval Setubalense com quatro jovens integrados nesta modalidade também de forma gratuita. A Decathlon, surgiu também com relevância permitido que um jovem fosse integrado no mercado de trabalho na área logística da empresa.

Relativamente à resposta social CAFAP, a atividade do CAFAP “ComVida” desenvolve-se ao abrigo do protocolo celebrado com o Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Setúbal, o qual define a capacidade de resposta da equipa, nas diferentes modalidades de intervenção, para o acompanhamento do seguinte número de famílias:

Acordo	Nº Famílias
Preservação Familiar	43
Reunificação Familiar	10
Ponto de Encontro Familiar	5
Total	58

Durante o ano de 2025, o CAFAP acompanhou 75 famílias distribuídas pelas três modalidades de intervenção de acordo com o quadro abaixo:

Famílias em acompanhamento em 2025					
Preservação Familiar - PF		Reunificação Familiar - RF		Ponto de Encontro Familiar - PEF	
47 Famílias	85 Crianças e Jovens	12 Famílias	21 Crianças e Jovens	16 Famílias	21 Crianças e Jovens

Durante o ano de 2025 registaram-se 19 novos encaminhamentos, bem como 2 reaberturas de acompanhamento, tendo todos sido colocados em lista de espera aquando do respetivo encaminhamento. Do conjunto de processos rececionados, verificou-se que um não se enquadrava nos critérios de intervenção do CAFAP, configurando um encaminhamento indevido. Em quatro casos, ainda em fase de espera, foi posteriormente comunicada a inexistência de necessidade de acompanhamento por parte desta resposta social. No último ano foram ainda arquivados 16 processos (6 em Preservação Familiar, 2 em Reunificação Familiar e 8 em Ponto de Encontro Familiar).

Os resultados alcançados ao longo do ano constituem um reflexo claro da visão que orienta o CAFAP ComVida: a convicção de que as famílias, quando devidamente acompanhadas e capacitadas, possuem recursos internos



Handwritten initials and a signature in blue ink, including the letters 'HE' and a stylized signature.

que lhes permitem promover mudanças significativas e sustentáveis nas suas trajetórias de vida.

Em 2025, a intervenção desenvolvida centrou-se na implementação de estratégias promotoras do bem-estar familiar, cuja concretização só foi possível graças ao compromisso e dedicação da equipa técnica, à articulação eficaz com as entidades parceiras e ao envolvimento ativo das próprias famílias. Também a disponibilidade destas para reconhecer as suas fragilidades e investir em processos de mudança revelou-se determinante para os progressos alcançados. Simultaneamente, a intervenção junto de agregados com menor capacidade de mobilização para a mudança constituiu um desafio permanente, exigindo da equipa resiliência, criatividade e constante ajustamento das metodologias de atuação. Este processo tem contribuído não apenas para a evolução das famílias acompanhadas, mas também para o crescimento técnico e humano da própria equipa.

Salienta-se, por fim, o reconhecimento a todas as entidades e parceiros institucionais que colaboraram ao longo do ano, cujo contributo foi essencial para a consolidação de uma resposta integrada, consistente e orientada para resultados positivos.

No âmbito das atividades desenvolvidas, realizou-se a Caminhada “Passos que fortalecem Laços” Comemoração do 17^a aniversário do CAFAP ComVida para a qual foram convidadas a participar todas as famílias acompanhadas pelo CAFAP, bem como as entidades parceiras, através de contato telefónico ou email. Foi uma atividade aberta à comunidade em geral e a sua divulgação foi realizada através da distribuição de panfletos e cartazes em locais estratégicos.

As redes sociais, nomeadamente o Facebook e Instagram, tiveram um papel preponderante na divulgação das nossas atividades e iniciativas, chegando assim mais perto das nossas famílias e comunidade. Verificou-se um aumento do número de seguidores e interações. Demos início a rubrica de parabenização dos funcionários pelo seu aniversário, valorizando o potencial humano da nossa instituição.

D. PARCEIROS E AMIGOS

No âmbito das parcerias estratégicas institucionais, firmamos protocolo de colaboração com a **Junta de Freguesia de Palmela** consubstanciado numa verba de 750 € destinada exclusivamente à atividade do CSP. No dia 08 de março, no âmbito do Dia da Mulher, o Executivo da Junta realizou uma sessão de homenagem às Mulheres dirigentes das Associações, tendo a nossa Presidente Joana Oliveira, sido distinguida.

Integramos a rede de parceiros do **Núcleo de Garantia para a Infância** colaborando de forma ativa para a persecução das medidas e ações de prevenção e combate à pobreza infantil e exclusão social.

No que diz respeito às parcerias, o ano de 2025 ficou marcado pela parceria estratégica com o **Mercadona** no âmbito do combate ao desperdício alimentar. Por conseguinte, reforçamos as parceiras locais, com a **Junta de**



R
J
W
LPS

Freguesia de Palmela, os Vicentinos de Palmela, o Centro Jovem Tejo, a Associação Erguer e o Centro Social de Quinta do Anjo possibilitando assim o apoio alimentar a um maior número de famílias carenciadas bem como o apoio às próprias instituições/associações no âmbito do desenvolvimento das suas atividades.

Mantivemos a parceria com o **Motoclube de Palmela** na realização do Tacho Solidário, servindo de ponte entre as famílias e a Associação, promovendo o benefício de uma refeição quente completa uma vez por mês para cerca de 20 agregados familiares. Associamo-nos igualmente à Campanha de Natal, rececionando brinquedos novos e usados que distribuímos pelas famílias acompanhadas pelo nosso CAFAP.

À semelhança de anos anteriores, participamos nas **Campanhas do Bando Alimentar Contra a fome** contribuindo para a missão desta Instituição da qual somos beneficiários.

No âmbito desportivo, demos continuidade à estreita relação com o **Andebol do Clube Naval Setubalense**, permitindo que 4 jovens do CAT Porta Aberta beneficiem gratuitamente de treinos semanais (4 vezes por semana), jogos e torneios em troca de apoio logístico, alimentar e outro.

Mantivemos o Protocolo de cooperação com a **Palmela Desporto**, estando a aguardar atualização do mesmo de acordo com reunião com o Dr. Carlos Barreto, nomeadamente para a utilização dos pavilhões municipais no âmbito do plano de atividades do CSP.

Destacamos ainda a parceria com a **Associação All Aboard**, que para além das aulas de skate (atividade extracurricular) possibilitaram atividades no âmbito do skate e boccia durante as pausas letivas para o ATL de Palmela e Poceirão, bem como descontos especiais nas modalidades para utentes do CSP. No mesmo âmbito, firmamos protocolo com a **Associação Inspira Atitude**, para a realização de atividades conjuntas e descontos nas modalidades para os nossos utentes.

No âmbito da saúde e bem-estar, estabelecemos protocolo com a **Clínica Raquel Saraiva e Clínica Sons da Fala** disponibilizando, aos funcionários e utentes, descontos em várias áreas de intervenção.

4. CONTAS 2025

INTRODUÇÃO FINANCEIRA

O presente Relatório de Contas tem como objetivo apresentar, de forma clara e transparente, a situação económica e financeira desta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) relativa ao período em análise. Este documento reflete o compromisso da instituição com os princípios de rigor, responsabilidade e boa gestão dos recursos que lhe são confiados.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'J.P.' and 'M.P.'.

No decurso do exercício, a atividade desenvolvida manteve-se orientada para a prossecução da sua missão social, assegurando a prestação de serviços de qualidade aos utentes, mesmo perante os desafios económicos e sociais que marcaram o período. A gestão financeira foi conduzida com prudência, procurando garantir o equilíbrio entre a sustentabilidade económica e a resposta eficaz às necessidades da comunidade.

Assim, o presente relatório constitui não só um retrato fiel da execução financeira, como também um instrumento de prestação de contas e de apoio à tomada de decisão, reforçando a transparência e a confiança junto de todos os parceiros, entidades financiadoras e demais partes interessadas

Da análise das contas de gerência e de todos os mapas em anexo podemos verificar que:

- Ao nível dos gastos, registou-se um aumento global de 32.048,21€, influenciado sobretudo pelo acréscimo significativo na rubrica de gastos com pessoal (+74.110,30€) e nos fornecimentos e serviços externos (+21.674,45€). Estas variações foram parcialmente compensadas pela redução em diversas rubricas, nomeadamente gastos de financiamento (-35.477,58€), outros gastos (-12.989,09€), gastos com géneros alimentares (-9.827,83€) e depreciações e amortizações (-5.442,04€).
- Relativamente aos rendimentos, observou-se um aumento expressivo de 99.642,67€, impulsionado principalmente pelo crescimento dos valores provenientes de protocolos com o Instituto da Segurança Social (+83.295,30€), bem como pelo aumento de subsídios (+14.553,53€), outros rendimentos (+3.509,90€) e serviços secundários (+2.932,97€). Em sentido inverso, verificou-se uma ligeira diminuição nas mensalidades (-4.649,03€).

Em resultado destas variações, a instituição apresenta, em 2025, um desempenho financeiro mais favorável, com um aumento líquido dos rendimentos face aos gastos, traduzindo-se numa melhoria global de 67.594,46€ relativamente ao ano anterior. Conclui-se, portanto, que estamos perante uma evolução global positiva da situação financeira da instituição.

5. NOTA FINAL

O ano de 2025 foi um ano exigente reforçando uma vez mais a resiliência desta direção, trabalhadores, utentes e famílias. Face aos constrangimentos que nos foram surgindo respondemos com criatividade e com soluções que se foram vislumbrando ao decorrer do ano. A gestão financeira foi realizada com muita ponderação, tendo como base a sustentabilidade financeira da Instituição, e de olhos postos no futuro com vista ao crescimento e melhoramento das condições e dos serviços prestados.

Deixamos um agradecimento especial a todas as famílias, funcionários e parceiros que caminham connosco.




CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ref
 12/25

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		367 396,06	358 377,87
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		290 429,47	259 079,53
Pagamentos ao pessoal		871 179,77	870 256,03
Caixa gerada pelas operações		-794 213,18	-770 957,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		903 169,11	477 507,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		108 955,93	-293 450,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		3 592,60	2 277,77
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	2 091 500,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	2 091 500,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	2,33
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 592,60	-2 275,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	550 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		28 118,83	187 757,44
Juros e gastos similares		26 877,08	16 755,96
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-54 995,91	345 486,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		50 367,42	49 760,58
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		107 623,29	57 862,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		157 990,71	107 623,29

 CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 Direcção
 CENTRO Joana Oliveira
 Rua Heliodoro Saigado, 32 Tel. 212352108
 PALMELA 2950-241 PALMELA Fax. 212350623
Maria Nunes

O Responsável

Técnico Oficial de Contas
 Dora Isabel Carolino Esteves
 TOC nº 56588


18
18

CENTRO SOCIAL DE PALMELA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501129235

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	869 038,97	898 874,31
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	6 921,23	6 921,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		875 960,20	905 795,54
Activo corrente			
Inventários	9	905,21	997,40
Créditos a receber	17.3	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	8 321,56	2 272,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	5 249,18	4 143,44
Outros ativos correntes	17.4	91 272,52	84 631,14
Caixa e depósitos bancários	17.6	157 990,71	107 623,29
		263 739,18	199 668,11
Total do ativo		1 139 699,38	1 105 463,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	125 638,66	125 638,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	-439 185,31	-450 465,75
Excedentes de revalorização		587 646,09	608 989,21
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	44 542,65	46 887,00
		318 642,09	331 049,12
Resultado líquido do período		62 776,14	-10 062,68
Total dos fundos patrimoniais		381 418,23	320 986,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	486 786,44	520 116,97
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		486 786,44	520 116,97
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	11 038,44	7 748,55
Estado e outros entes públicos	17.9	40 003,65	41 867,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	31 928,11	26 716,41
Diferimentos	17.5	0,00	0,00
Outros passivos correntes	17.10	188 524,51	188 027,30
		271 494,71	264 360,24
Total do passivo		758 281,15	784 477,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 139 699,38	1 105 463,65

 **CENTRO SOCIAL DE PALMELA**
A Direcção
Direcção

CENTRO SOCIAL PALMELA
Rua Heliodoro Salgado, 32 Tel. 212352103
PALMELA 2950-241 PALMELA Fax. 212350623

Mano Nunes

O responsável Técnico de Contas
Dora Isabel Calvo Esteves
TCC nº 56500


CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501129235

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	1.279.815,57	1.192.983,81
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	430.869,34	416.315,81
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-131.152,68	-140.980,51
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-198.779,40	-177.104,95
Gastos com o pessoal	15	-1.344.469,81	-1.270.359,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	98.546,49	95.036,59
Outros gastos	17.14	-11.615,73	-24.598,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123.213,78	91.292,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-33.427,94	-38.869,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89.785,84	52.422,27
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	0,00	2,33
Juros e gastos similares suportados	17.15	-27.009,70	-62.487,28
Resultados antes de impostos		62.776,14	-10.062,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		62.776,14	-10.062,68

A Direcção

 CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 Direcção

Joana Oliveira
 CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 Rua Heliodoro Salgado, 32 Tel. 212352108
 PALMELA 2950-241 PALMELA Fax. 212350623
Maria Nunes

O responsável

Técnico Oficial de Contas
 Dora Isabel Capucho Esteves
 TOC nº 50018

CENTRO SOCIAL DE PALMELA

Anexo

Conta de Gerência de 2025

Índice

1 Identificação da Entidade	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5 Activos Fixos Tangíveis	13
6 Activos Intangíveis.....	15
7 Locações	16
8 Custos de Empréstimos Obtidos	16
9 Inventários.....	17
10 Rédito.....	17
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	18
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14 Imposto sobre o Rendimento	18
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos.....	18
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
17 Outras Informações	19
17.1 Investimentos Financeiros	19
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
17.3 Créditos a Receber.....	20
17.4 Outros Activos Correntes.....	20
17.5 Diferimentos	21
17.6 Caixa e Depósitos Bancários	21
17.7 Fundos Patrimoniais	21
17.8 Fornecedores	21
17.9 Estado e Outros Entes Públicos	21
17.10 Outros Passivos Correntes	22
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.12 Fornecimentos e serviços externos	23
17.13 Outros rendimentos e ganhos	23
17.14 Outros gastos e perdas	23
17.15 Resultados Financeiros	24
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	24

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade: CENTRO SOCIAL DE PALMELA

Na sua forma jurídica assume-se como uma Associação, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 262, de 11 de 11 de 1974, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/ 83, 25 de Fevereiro, registada em 19/09/1985 no Livro 2 das Associações de Solidariedade Social a folhas 180 e verso com o nº 60/85.

1.2 Sede

Rua Heliodoro Salgado, 2950- 241 Palmela, Freguesia de Palmela, Concelho de Palmela, Distrito Setúbal

1.3 NIPC

501 129 235

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 1974 e apresenta como fins estatutários contribuir para a promoção dos habitantes da freguesia de Palmela, quaisquer que sejam as suas crenças religiosas, filiações políticas ou associativas com vista a contribuir para a existência de uma comunidade cada vez mais humana, resultante de pessoas inteiramente desabrochadas. O CSP não se propõe conseguir isso só por si, sem atender às associações, colectividades, entidades e associações já existentes, ou aos serviços públicos competentes; propõe-se sim coadjuvá-los e activar a entreaajuda, solidariedade e colaboração deles e da população, sem tentar centralizar, mas sim dinamizar o que há e promover actividades que ainda não existam. Para a realização dos seus objectivos a instituição propõe-se manter a assistência à primeira e segundas infâncias, cooperando com as famílias na educação física, moral e intelectual dos seus filhos, desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- Creche
- Creche Familiar
- Pré-Escolar
- CATL
- Centro Acolhimento Temporário
- CAFAP
- Espaço Juventude
- Espaço de Psicologia

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

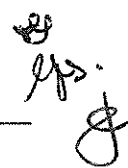
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

H
M
J

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

H
Mgs-
R

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do

investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

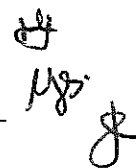
Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;



- o Entrada em incumprimento de uma das partes;
- o Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;



c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2024						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	666 746,99	1 225 853,01	0,00	0,00	0,00	1 892 600,00
Equipamento Básico	100 792,32	2 277,77	0,00	0,00	0,00	103 070,09
Equipamento de transporte	194 983,69	0,00	0,00	0,00	0,00	194 983,69
Equipamento administrativo	171 313,03	0,00	0,00	0,00	0,00	171 313,03
Outros ativos fixos tangíveis	41 023,21	0,00	0,00	0,00	0,00	41 023,21
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 174 859,24	1 228 130,78	0,00	0,00	0,00	2 402 990,02

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	368 925,08	626 698,92	0,00	995 624,00
Equipamento Básico	100 792,34	379,48	0,00	101 171,82
Equipamento de transporte	187 671,19	7 312,50	0,00	194 983,69
Equipamento administrativo	171 312,99	0,00	0,00	171 312,99
Outros ativos fixos tangíveis	41 023,21	0,00	0,00	41 023,21
Total	869 724,81	634 390,90	0,00	1 504 115,71

Exercício de 2025						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 892 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 892 600,00
Equipamento Básico	103 070,09	3 092,61	0,00	0,00	0,00	106 162,70
Equipamento de transporte	194 983,69	0,00	0,00	0,00	0,00	194 983,69
Equipamento administrativo	171 313,03	499,99	0,00	0,00	0,00	171 813,02
Outros ativos fixos tangíveis	41 023,21	0,00	0,00	0,00	0,00	41 023,21
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 402 990,02	3 592,60	0,00	0,00	0,00	2 406 582,62

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	995 624,00	31 178,00	0,00	1 026 802,00
Equipamento Básico	101 171,82	1 749,95	0,00	102 921,77
Equipamento de transporte	194 983,69	0,00	0,00	194 983,69
Equipamento administrativo	171 312,99	499,99	0,00	171 812,98
Outros ativos fixos tangíveis	41 023,21	0,00	0,00	41 023,21
Total	1 504 115,71	33 427,94	0,00	1 537 543,65

Ano	Total Ativos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2024	2 402 990,02	1 504 115,71	898 874,31
2025	2 406 582,62	1 537 543,65	869 038,97

6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2024						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	621,15	0,00	0,00	0,00	0,00	621,15
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	621,15	0,00	0,00	0,00	0,00	621,15

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	621,15	0,00	0,00	621,15
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	621,15	0,00	0,00	621,15

Exercício de 2025						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	621,15	0,00	0,00	0,00	0,00	621,15
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	621,15	0,00	0,00	0,00	0,00	621,15

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	621,15	0,00	0,00	621,15
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	621,15	0,00	0,00	621,15

Ano	Total Ativos Intangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2024	621,15	621,15	0,00
2025	621,15	621,15	0,00

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	77 997,59	77 997,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	77 997,59	77 997,59	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	19 798,52	1 653,13	21 451,65	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	19 798,52	1 653,13	21 451,65	0,00	0,00	0,00

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente					
	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	26 716,41	520 116,97	546 833,38	31 928,11	486 786,44	518 714,55
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26 716,41	520 116,97	546 833,38	31 928,11	486 786,44	518 714,55

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	167 958,92	15 102,83	183 061,75	28 118,83	26 877,08	54 995,91
Total	167 958,92	15 102,83	183 061,75	28 118,83	26 877,08	54 995,91

9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2024				Exercício de 2025		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	948,21	71 324,38	69 705,32	997,40	80 300,18	50 760,31	905,21
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	948,21	71 324,38	69 705,32	997,40	80 300,18	50 760,31	905,21
Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	0,00	140 980,51	0,00	0,00	131 152,68	0,00	0,00
Variações nos invent. Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10| Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	325 046,39	329 695,42
Quotas e joias	11 805,36	12 177,89
Subsídios ISS - Acordos Cooperação	913 836,90	830 541,60
Serviços Secundários	29 126,92	26 193,95
Descontos e Abatimentos - Gratuidade	0,00	-5 625,05
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 279 815,57	1 192 983,81

11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2024 e 2025, foram, respectivamente:

Exercício 2024	
Cargo	Nome
PRESIDENTE	JOANA GONÇAVES MOTA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE	MARA LÚCIA FORTUNATO NUNES
SECRETÁRIO	FERNANDA MARIA GONÇALVES CARDOSO
TESOUREIRO	NEUZA ISABEL PEREIRA FRAGOSO LOPES
VOGAL	RITA SOFIA DA ENCARNAÇÃO SOUSA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Exercício 2025	
Cargo	Nome
PRESIDENTE	JOANA GONÇAVES MOTA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE	MARA LÚCIA FORTUNATO NUNES
SECRETÁRIO	FERNANDA MARIA GONÇALVES CARDOSO
TESOUREIRO	NEUZA ISABEL PEREIRA FRAGOSO LOPES
VOGAL	RITA SOFIA DA ENCARNAÇÃO SOUSA

B
ps.

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 050 986,75	1 022 464,78
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	52 922,72	15 901,36
Encargos sobre as Remunerações	219 606,60	214 174,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 332,70	10 472,90
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	10 621,04	7 346,09
Total	1 344 469,81	1 270 359,68
N.º Médio de Pessoas ao serviço da Entidade	86	77

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra em regularização.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 921,23	6 921,23
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 921,23	6 921,23

H8
1/25
g**17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

- Nesta rubrica não existem valores a evidenciar.

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2023 e 2024, são discriminados da seguinte forma:

- Nesta rubrica não existem valores a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros Activos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	670,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	87 440,04	82 451,88
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	3 162,48	2 179,26
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	91 272,52	84 631,14

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
- Seguros	3 767,58	3 692,46
- Outras Despesas C/ Custo Diferido	1 481,60	450,98
Total	5 249,18	4 143,44

Rendimentos a reconhecer		
- Outras Receitas com Provento Diferido	0,00	0,00
- ISS - Apoio Extraordinario	0,00	0,00
-		
Total	0,00	0,00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	0,00	3 784,13
Depósitos à ordem	157 990,71	103 839,16
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	157 990,71	107 623,29

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	125 638,66	0,00	0,00	125 638,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-450 465,75	11 280,44	0,00	-439 185,31
Excedentes de revalorização	608 989,21	0,00	21 343,12	587 646,09
Outras variações nos fundos patrimoniais	46 887,00	0,00	2 344,35	44 542,65
Total	331 049,12	11 280,44	23 687,47	318 642,09

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	11 038,44	7 748,55
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	11 038,44	7 748,55

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 321,56	2 272,84
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	8 321,56	2 272,84
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 904,56	7 952,42
Segurança Social	33 099,09	33 915,56
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	40 003,65	41 867,98

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	6 152,80	0,00	10 227,83
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	81,00	0,00	405,72
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	180 571,96	0,00	176 944,66
Outros credores	0,00	1 718,75	0,00	449,09
Adiantamento Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	188 524,51	0,00	188 027,30

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios ISS	334 487,10	315 754,54
- Subsídios ISS - Acordos Cooperação	334 487,10	315 754,54
- Fundo Socorro Social	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Adaptar Social +	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Apoios Excecionais Covid	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades Públicas	10 959,34	7 899,97
- Autarquias	2 950,00	3 500,00
- IIEFP	7 988,84	4 399,97

- Outras Entidades	20,50	0,00
Subsídios de Outras Entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	85 422,90	92 661,30
Legados	0,00	0,00
Total	430 869,34	416 315,81

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	114 734,37	94 937,95
Materiais	3 836,72	4 458,72
Energia e fluidos	31 788,47	31 291,57
Deslocações, estadas e transportes	4 720,71	4 953,99
Serviços diversos	33 360,10	28 094,43
Encargos com Utentes	10 339,03	13 368,29
Total	198 779,40	177 104,95

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	60 734,00	55 029,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	150,00
Outros rendimentos e ganhos	37 812,49	39 857,59
Total	98 546,49	95 036,59

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	1 630,06	2 076,88
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00

Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	9 251,33	21 844,13
Gastos com apoios financeiros concedidos a associa	734,34	677,81
Total	11 615,73	24 598,82

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	27 009,70	62 487,28
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	27 009,70	62 487,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	2,33
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	2,33
Resultados Financeiros	-27 009,70	-62 484,95

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Palmela, 27 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Dora Isabel Carolino Esteves

(CC 56588)

Técnico Oficial de Contas

Dora Isabel Carolino Esteves

CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 Direcção
 CENTRO SOCIAL DE PALMELA
 Rua Helder do Salgado, 33 Tel. 212352108
 PALMELA 2950-241 PALMELA Fax. 212350623

